

Exmo. Senhor Presidente  
da Comissão Parlamentar de Saúde  
Deputado José Matos Rosa

S. Bento, 14 de maio de 2019

**Assunto:** Audição urgente da ARSLVT e da Ministra da Saúde sobre o comportamento das entidades privadas nas PPP de Cascais e na PPP de Loures

O Bloco de Esquerda teve conhecimento, através da comunicação social, de várias irregularidades praticadas no Hospital de Cascais, nomeadamente ao nível da triagem de Manchester. Nas informações que são conhecidas, vários funcionários e ex-funcionários denunciaram um esquema no qual eram obrigados a atenuar os sintomas ou o quadro clínico dos doentes, de forma a que a atribuição da pulseira fosse de uma cor considerada menos grave, evitando assim incumprimentos dos tempos máximos de resposta garantidos (TMRG) e consequentes penalizações.

Para além destas práticas, existem outras situações em que se terão falseado as informações clínicas dos utentes, aumentando-lhe a severidade clínica e acrescentando-lhe comorbilidades, de forma a receberem mais dinheiro por cada utente.

Com esta falsificação de resultados clínicos, a administração da PPP de Cascais procurava aumentar as receitas pagas pelo Serviço Nacional de Saúde.

Esta não é a primeira vez que se fala em manipulação de indicadores por parte da PPP de Cascais. No final de 2016 o Bloco de Esquerda relatou, em [pergunta ao Ministério da Saúde](#), a manipulação de indicadores ou manipulação de registo da atividade assistencial, de forma a garantir uma maior retribuição por parte do Estado. Por exemplo, registrar procedimentos realizados em consulta de dermatologia, ginecologia e urologia como

sendo procedimentos realizados em bloco operatório, de forma a serem contabilizados - e pagos - como cirurgias.

Ao Bloco de Esquerda foi relatada ainda uma outra forma de manipulação da atividade assistencial: o cancelamento de tempos de operatório, obrigando os médicos a usar este tempo para a realização de consultas. Isto porque o volume de produção cirúrgica contratualizada já teria sido atingida, sendo necessário, no entanto, atingir o contratualizado do ponto de vista de consulta médica. Desta forma, evitam-se penalizações por incumprimento da produção contratualizada, mas penalizam-se os utentes.

Perante tudo isto e perante os novos factos o Bloco de Esquerda considera que a prorrogação de contrato com a entidade gestora da PPP de Cascais deve ser posta em causa. Há ainda muitas outras questões que devem ser respondidas, nomeadamente o papel do representante da Entidade Pública Contratante.

Estas são situações graves e que, não colocam em risco a segurança dos utentes e mostram que entidades com objetivo do lucro não podem gerir serviços que são funções essenciais e sociais do Estado.

Há ainda outras situações que têm chegado ao conhecimento do Bloco de Esquerda sobre o comportamento de entidades privados que gerem hospitais PPP inseridos no SNS e que devem ser totalmente explicadas.

Falamos, por exemplo, da situação de acumulação de cargos de direção clínica entre o Hospital Beatriz Ângelo (PPP de Loures) e o Hospital da Luz Lisboa, o que resulta numa promiscuidade inadmissível entre público e privado, sempre com prejuízo para o público.

Sobre este caso, Bloco recebeu denúncias que relatam a existência de doentes que são transferidos do Hospital da Luz para o Hospital Beatriz Ângelo após efetuarem cirurgias ou internamentos complicados, de forma a continuarem os tratamentos, uma vez esgotados os limites dos seguros. Acresce a isto o incumprimento de um horário minimamente aceitável como diretor de Serviço de Cirurgia na unidade pública, médicos que são convidados a acumularem funções em hospitais do grupo Luz Saúde, muitas vezes com funções de chefia ou gestão, e o desempenho de funções nesses hospitais ou clínicas no horário de trabalho do HBA.

*Assim, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a audição urgente da ARSLVT e da Ministra da Saúde sobre o comportamento do gestor privado nas PPP de Cascais e na PPP de Loures.*

O Deputado do Bloco de Esquerda,  
Moisés Ferreira